APREN Associação
de Energias
Renováveis

BOLETIM ELETRICIDADE RENOVÁVEL

JULHO 2019

ELETRICIDADE DE ORIGEM RENOVÁVEL EM PORTUGAL CONTINENTAL

JULHO 2019

SUMÁRIO EXECUTIVO

- No período **entre janeiro e julho de 2019**, os centros eletroprodutores de energia renovável produziram, em Portugal Continental, **14,3 TWh de eletricidade**, o correspondente a **52,3 % do total de eletricidade produzida**.
- O Continente registou **4 310 GWh de eletricidade importada** e **1 469 GWh de eletricidade exportada**, repercutindo-se num **saldo importador de 2 841 GWh**.
- **Até ao final de julho**, verificou-se um **preço médio** no mercado diário de eletricidade de **52,1 €/MWh**.
- Durante os primeiros sete meses do ano, **o setor eletroprodutor emitiu cerca de 7,0 milhões de toneladas de CO₂**, o que se traduziu em aproximadamente 255 gramas de CO₂ emitidos por cada kWh de eletricidade produzido.

SUMÁRIO ILUSTRATIVO: PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE EM 2019

PRODUÇÃO PORTUGAL CONTINENTAL

No período **entre janeiro e julho de 2019**, os centros eletroprodutores de energia renovável **produziram**, em Portugal Continental, **14,3 TWh de eletricidade**, o correspondente a **52,3 % do total de eletricidade produzida** (27,4 TWh). Estes níveis de produção renovável estão aquém (24,5 % inferiores) dos valores registados no período homólogo de 2018 (19,0 TWh), ano em que se registaram condições meteorológicas mais favoráveis à produção renovável. Contudo, esta produção renovável é ainda ligeiramente inferior, em 1,9 %, à registada no mesmo período de 2017 (14,6 GWh), ano em que se verificaram níveis de produtividade hídrica e eólica muito semelhantes aos de 2019 (hídrica: 0,57; eólica: 0,97).

Dada a fraca produtividade hidroelétrica, a tecnologia eólica assume lugar de destaque, correspondendo a 26,4 % do *mix* de produção elétrica de Portugal Continental (7,2 TWh). As centrais a ciclo combinado, de gás natural, tiveram

também um peso significativo no *mix*, assegurando 21,5 % (5,9 TWh), realidade que consideramos preocupante, pois acentua a dependência do País ao exterior e contribui para o aumento das emissões de GEE. Por outro lado, o Continente registou **elevados valores de importação, de 4 310 GWh**, em comparação com os **1 469 GWh de eletricidade exportados**, repercutindo-se num **saldo importador de 2 841 GWh**. O cariz importador tem sido uma realidade desde o início de 2019, período durante o qual Portugal Continental foi importador durante 68,7 % das horas.

No que se refere **ao consumo de eletricidade**, este registou um total de **30,2 TWh¹** durante o período em análise, o que representa uma redução de 1,7 % face aos valores reais de 2018, e de 0,8% quando contabilizado o efeito da temperatura e do número de dias úteis.

Figura 1. Repartição das fontes na produção de eletricidade em Portugal Continental (jul-2019).

Fonte: REN, Análise APREN

¹ Total de emissão das centrais para consumo, não considerando o balanço líquido de importação-exportação e as perdas nas redes.

MERCADO DE ELETRICIDADE

Até ao final de julho, verificou-se um preço médio no mercado diário de eletricidade de 52,1 €/MWh². No que se refere especificamente ao mês de julho, este registou um preço médio de 51,5 €/MWh, o que corresponde a uma subida de 9,1% face ao anterior mês de junho, comportamento que acompanhou o aumento do consumo de eletricidade no Continente nestes dois meses (Figura 2). Não obstante, julho de 2019 apresenta um preço médio significativamente inferior, em 16,7 %, ao valor registado em 2018.

Apesar da clara redução de preços em mercado diário de eletricidade face ao ano passado, a eletricidade vendida no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL) é tendencialmente mais cara que no resto da Europa, o que se repercute em elevados níveis de importação pela Península Ibérica. De facto, Espanha foi importadora em 89,6 % do tempo no período jan-jul, tendo importado a França um total de 8,5 TW de eletricidade.

Figura 2. Preço de Mercado, Consumo de Eletricidade e Produção Renovável (jul-2017 a jul-2019).

Fonte: OMIE, REN; Análise APREN

² Média aritmética simples dos preços horários de eletricidade nos primeiros sete meses de 2019. Fonte: OMIE.

EMISSÕES ESPECÍFICAS DO SETOR ELÉTRICO

Durante os primeiros sete meses do ano, o **setor eletroprodutor emitiu cerca de 7,0 milhões de toneladas de CO₂**, o que se repercutiu em aproximadamente 255 gramas de CO₂ emitidos por cada kWh de eletricidade produzido.

O preço das licenças de emissão de CO₂ no Mercado Europeu de Licenças de Emissão (CELE), continua em rota ascendente, sendo o seu valor médio para o período em análise de 24,4 €/tCO₂.

Já ao nível mensal, **julho apresentou o preço médio mensal de licenças de CO₂ mais alto de sempre**, contabilizando a partir da data de abertura do CELE em 2008, de **27,9 €/tCO₂**. Este valor é já superior ao previsto para 2025 pela DGEG no RMSA-E 2018, e muito próximo do previsto para 2030.

Figura 3. Emissões específicas do setor elétrico de Portugal Continental e preço das licenças de CO₂ (jul-2017 a jul-2019).

Fonte: REN, Análise APREN

DIAGRAMA DE PRODUÇÃO DE JULHO

O diagrama de carga para o mês de julho, representado no gráfico da Figura 4, traduz uma alarmante dependência do Continente a **combustíveis fósseis importados**, que **representaram 65,2 % do total de eletricidade produzida** (4 005 TWh). As fontes de energia renovável (FER) representaram apenas 34,3% do *mix*, tendo produzido 1 392 TWh de eletricidade.

Das FER, a tecnologia eólica foi a que mais contribuiu para o *mix* (16,3%), que produziu 653 GWh de eletricidade, num mês em que o índice de eolicidade foi de 0,85.

Este mês foram importados 404 GWh de eletricidade e exportados 267 GWh, resultando num saldo importador de 137 GWh.

Figura 4. Diagrama de Carga Elétrico de Portugal Continental (jul-2019).

Fonte: REN, Análise APREN

NOTAS FINAIS

Este mês, nomeadamente nos dias 25, 26 e 29, decorreram as licitações para a atribuição de um total de 1 400 MW de capacidade solar fotovoltaica em leilão, distribuídos por 24 lotes de potência. Deste total, foram atribuídos 1 150 MW, entre os quais, 842 MW foram atribuídos sob a modalidade de remuneração garantida (tarifa fixa), e os restantes 268 MW em regime geral (contribuição ao sistema). O valor médio da tarifa fixa foi de 22,3 €/MWh, tendo sido alcançado o preço mínimo

de 14,8 €/MWh. Já no regime geral, foi ofertada uma contribuição média anual ao SEN de 20,2 €/MWh, com um máximo de contribuição de 26,8 €/MWh. Acrescenta-se que estes regimes de remuneração serão aplicados por um período de 15 anos, e a valores de preços constantes, findo o qual a eletricidade proveniente dos centros eletroprodutores que foram a leilão deverá ser vendida em regime geral de mercado.

Aprovado Roteiro para a Neutralidade Carbónica

A 1 de julho foi publicada em Diário da República a Resolução de Conselho de Ministros n.º 107/2019 que aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050).

Leilões de Solar

Nos dias 25, 26 e 29 de julho, decorreram as licitações para a atribuição de um total de 1 400 MW de capacidade solar fotovoltaica em leilão, distribuídos por 24 lotes de potência.

Transição das Garantias de Origem para a REN

A REN foi novamente nomeada como Entidade Emissora de Garantias de Origem - GO (já havia sido de 2010 a 2015, mas apenas para cogeração de alta eficiência). Desde esse período não foram emitidas quaisquer GO.

Decreto-Lei n.º 76/2019

Possibilita a realização dos leilões

Publicado a 3 de junho de 2019, este Decreto-Lei (DL) adapta o regime jurídico, para tornar possível a realização dos leilões para a atribuição de reserva de capacidade.

Projetos híbridos

Regula o licenciamento de sistemas híbridos, ou seja, unidades de produção que utilizem diversa fonte primária.

Facilitador de mercado

É definido no DL o agente facilitador de mercado que deverá agregar a energia produzida pelos centros eletroprodutores em regime geral para a colocar em mercado.

Pequenos projetos recebem mesma remuneração que projetos de outras dimensões

Este DL incorpora também as pequenas unidades de produção, as quais estão sujeitas a um procedimento concorrencial aplicado a uma tarifa de referência, sujeita a uma quota máxima anual.

Repowering com aumento de potência não considerado

O DL não contempla especificamente a possibilidade de *repowering* de parques eólicos (com ou sem aumento de potência) pelo que importa legislar esta matéria tendo em conta as diretrizes da Comissão Europeia, que, nomeadamente, impõe processos de licenciamento simplificados, por período não superior a 1 ano.

Suspensão do SERUP para registos de UPP (Unidades de Pequena Produção)

Suspensão da plataforma informática de registo de unidade de produção (SERUP) para novos registos de UPPs a partir do dia 1 de agosto, sem indicação de data para reabertura, devido à entrada em funcionamento do novo sistema introduzido pelo DL 76/2019.

Informação disponível em:

APREN | Departamento Técnico e Comunicação

Av. Sidónio Pais, nº 18 R/C Esq. 1050-215 Lisboa, Portugal

Tel. (+351) 213 151 621 | www.apren.pt